



BOLETIM DA

aepetASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

ABRIL — 1991

EXTRA



AEPET mantém reunião com novo presidente da Petrobrás

A diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) encontrou-se no último dia 10, durante uma hora, com o novo presidente da Petrobrás, Alfeu de Melo Valença, e seu chefe de gabinete, Walter Pereira Formosinho, debatendo uma série de assuntos de interesse da Companhia e de seus empregados. Ao encontro, que fora solicitado pela AEPET — como tradicionalmente ocorre sempre que a empresa tem um novo presidente, compareceram, também, o presidente do Núcleo da AEPET na Bahia, Wellington Torres Jansen e o vice coordenador do Núcleo da Grande São Paulo, Luiz Carlos Borsoi.

Um dos principais assuntos debatidos foi a recente greve dos petroleiros e as repercussões da mesma através de uma série de medidas que vêm sendo adotadas no âmbito interno da Petrobrás. O presidente da AEPET mostrou a grande preocupação que vem trazendo a aplicação de medidas complementares de punição aos grevistas, baseadas no artigo 130, inciso III da CLT. Na opinião da diretoria da AEPET as punições poderão vir a "comprometer o sucesso das metas anunciadas pela direção da Companhia".

Além do relato verbal do assunto, a diretoria da Associação encaminhou à Presidência, aos diretores e superintendentes da Petrobrás, aos núcleos da AEPET e aos Sindipetros um documento solicitando a reanálise da decisão, retomando as discussões com os sindicatos. O presidente da Petrobrás mostrou-se também preocupado com a questão. Esta vem sendo examinada internamente e será discutida no encontro dos superintendentes da Companhia, a realizar-se no período de 17 a 19 deste mês, no Estado do Rio de Janeiro, quando deverá se chegar a uma posição a respeito do delicado assunto.

Ao afirmar já ter uma opinião sobre os problemas decorrentes do período de greve, o presidente da Petrobrás destacou ser fundamental que a decisão seja conjunta dos diversos administradores. O presidente do núcleo da AEPET na Bahia ressaltou a delicadeza da questão, que

está afetando o ambiente de trabalho nas áreas operacionais e poderá comprometer os planos da empresa de aumento da produtividade e melhoria da qualidade.

Um segundo assunto tratado na reunião com o presidente da Petrobrás (é o primeiro presidente da estatal associado à AEPET) foi as perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos anos. Um dos diretores da Associação, Carlos Soligo Camerini, mostrou ao presidente Alfeu Valença gráficos e todo um trabalho assinalando exemplos típicos desta perda, além de estudos como o da Associação dos Empregados Profissionais da PETROBRÁS no Rio Grande do Sul (AEPERGS) sobre o assunto.

Vários casos mais específicos, como o do pessoal dos cursos de Mestrado da Petrobrás em convênio com a Universidade do Pará e Campinas que não foi devidamente aproveitado e o das reivindicações de engenheiros de Manaus encaminhadas à entidade, foram também discutidos nesta ocasião.

Sobre a questão econômica, o presidente da Petrobrás disse ser necessário ter muito cuidado ao transmitir ao pessoal a reposição salarial para que não se tenha falsa idéia de índices, objetivando-se um valor muito elevado e irreal. Considerou ainda que o contrato de gestão irá facilitar a gerência de pessoal da Petrobrás. Também discutiu-se com o novo presidente da Petrobrás a questão da periculosidade e participação nos lucros que nem todos recebem.

A necessidade de que a Companhia esclareça bem todos os segmentos, inclusive as entidades da categoria, sobre contratos de gestão foi um dos assuntos tratados. Foram solicitadas palestras a respeito da descentralização administrativa, a ser implantada em breve; foram pedidos ainda maiores esclarecimentos por parte da empresa.

O presidente da Petrobrás considerou ser necessário intensificar a comunicação da empresa com o público em geral e com o público interno, opinando que esta comunicação ainda está ocorrendo de forma insatisfatória.

Lembrando do orgulho que havia antigamente em ser empregado da Petrobrás — "isto não é corporativismo" — Alfeu Valença mos-

trou-se preocupado de que a empresa volte a ter seus feitos, como a tecnologia de águas profundas, devidamente anunciados. Na ocasião o presidente da AEPET disse que a entidade e os núcleos em defesa da Petrobrás já mantiveram reuniões com o Serviço de Comunicações da Petrobrás para maior divulgação da empresa. O presidente da Petrobrás disse que um maior conhecimento do que vem sendo feito tornará os funcionários da Companhia mais otimistas. Os participantes da reunião opinaram sobre a necessidade da Petrobrás, como uma entidade, responder a críticas que lhes são feitas pela imprensa.

Um outro tema do encontro foi a privatização, frisando a AEPET que há a necessidade de um maior debate sobre a questão, envolvendo toda a sociedade. O presidente da Petrobrás concordou que há necessidade de um maior cuidado em relação a esta questão para que não seja dilapidado o patrimônio público.

Também a questão do gás foi discutida, com a preocupação de definir uma política da Petrobrás para este combustível.

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, considerou que a empresa com a atual legislação está "engessada" para firmar contratos, mesmo havendo recursos para investimentos. O presidente Alfeu Valença disse que a diretoria já manifestou esta preocupação e vem examinando junto ao Secretário João Maia uma saída para o problema. A descentralização de decisões administrativas também será seguida, de acordo com o presidente da Companhia, procurando-se reduzir, cada vez mais, os trâmites burocráticos.

O último assunto da reunião foi a presença da Petrobrás no mercado futuro de petróleo, tendo a diretoria da AEPET demonstrado a preocupação com o risco deste mercado. O presidente da Petrobrás esclareceu que este risco não ocorrerá porque a medida visa apenas a garantir preços estabilizados para a empresa. Ficou acertado que será mantido um canal permanente entre a nova presidência da Petrobrás e a AEPET para discutir todos os assuntos de interesse da Companhia e de seus funcionários sempre que isto se fizer necessário.

AEPET debate com Serec

A diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e vários representantes de núcleos da entidade estiveram presentes a um encontro de duas horas, realizado no último dia 12, no Serviço de Recursos Humanos (SEREC), com o superintendente Ari Cardoso e o adjunto Alfredo S. Tavares. Na ocasião foram discutidos doze assuntos apontados como básicos para o corpo de funcionários da Companhia. Entre estas perdas salariais, Plano de Cargos e Salários, greve e adicional regional.

1. PERDAS SALARIAIS — Uma parte da reunião no SEREC foi para discutir as perdas salariais das carreiras de nível superior da Petrobrás, sendo apresentado pela AEPET um estudo gráfico mostrando a evolução salarial pelo IGP (período de 1976 a 1991) que demonstra, de forma inequívoca a perda salarial sofrida pela categoria, apontada como drástica.

2. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS — Ao se discutir o Plano de Cargos e Salários, a diretoria da AEPET foi unânime em opinar ser necessário sair do campo "filosófico" e tentar, até setembro próximo, quando haverá dissídio da categoria, uma solução para o assunto. O Superintendente de Recursos Humanos revelou que a Companhia realizará, nos próximos seis meses, uma pesquisa de caráter nacional, levando em consideração as características regionais para verificar a situação salarial de todas as áreas. Disse ainda que o Plano para as carreiras de nível superior está pronto, necessitando apenas ser aperfeiçoado. É fundamental, segundo o superintendente, que a empresa faça a proposta salarial fora de período de pressões; que esta seja realista e verifique, inclusive, as condições do mercado de trabalho como um todo. Na sua opinião, o tamanho da Petrobrás não permite eliminar rapidamente os problemas existentes em relação aos salários. As distorções representam um problema grave que necessitará de um estudo profundo, definindo-se carreiras e avaliando-se desempenhos. Garantiu que há interesse da Petrobrás em investir na área de Recursos Humanos. Anotando tudo que foi dito, Ari Cardoso deixou claro que irá tentar fazer alguma coisa para que a Companhia chegue em setembro mais tranqüila em relação aos salários dos seus empregados.

3. GREVE — Na reunião com o SEREC, a diretoria da AEPET voltou a tratar do delicado assunto: consequências da última greve. Para o Superintendente de Recursos Humanos todos os funcionários da estatal sabiam das consequências de uma paralisação, que são, inclusive, previstas em lei. Foi dito, na ocasião, que em vários órgãos as normas não são divulgadas aos empregados. O presidente do Núcleo da AEPET na Bahia acha as medidas adotadas até agora pela Companhia prejudiciais aos programas e metas de produtividade da empresa, a seu ver, o assunto deve ser renegociado. O vice-presidente da AEPET considerou que "se mantidas as punições, o clima de trabalho na Petrobrás poderá piorar sensivelmente, havendo, inclusive problemas entre colegas de trabalho". A diretoria da AEPET citou outras situações similares, como a da greve dos eletricitários, em que houve anistia. Para o Superintendente de Recursos Humanos o assunto é "delicado", mas passível de reestudo, até porque não há interesse da Petrobrás em manter uma posição que aumente os atritos em setembro próximo.

4. ADICIONAL REGIONAL — Este também foi um assunto polêmico. A diretoria da

AEPET considerou significativo o número de prejudicados com a diversidade de atitude da Empresa em relação ao adicional regional, tendo o presidente do Núcleo da AEPET na Bahia citado alguns casos de pessoas que perderam o adicional naquele estado simplesmente por terem sido transferidas por apenas seis meses para outra região. Os casos existem sobretudo na área da Bahia, em Macaé e Mossoró e a situação, de acordo com a AEPET é constrangedora porque trabalham lado a lado empregados com e sem adicional. O Superintendente de Recursos Humanos disse não ter ainda resposta para esta situação, prometendo examinar o assunto dentro de 30 dias.

5. REINTEGRADOS — A situação dos reintegrados e os prejuízos que alguns vêm tendo no critério de avaliação, alterado após o retorno ao trabalho, foi também discutida. O SEREC solicitou "à diretoria da AEPET uma listagem dos casos existentes até agora para constatar a reavaliação de alguns desses funcionários que tiveram um rebaixamento no critério de avaliação.

6. AUXÍLIO-RESIDÊNCIA — O auxílio-residência foi suspenso, segundo o SEREC, por um prazo máximo de seis meses, para ser reestudado.

7. BOLSISTAS — A AEPET discutiu, também, a situação dos bolsistas do Curso de Mestrado (Pará, Campinas, etc) cujo tratamento não vem sendo adequado, estando a maioria sem receber qualquer pagamento e sem qualquer perspectiva. O Superintendente do SEREC prometeu uma solução para o caso nos próximos 90 dias.

8. PROMOÇÕES — A AEPET solicitou que a Petrobrás procure uniformizar os critérios de promoção, pois há insatisfação com a falta de um critério único. Segundo o Superintendente de Recursos Humanos, a Petrobrás, através de recente circular, vem buscando um critério unificado de promoção, sobretudo para o nível médio.

9. CARREIRA TÉCNICA — Foi solicitada uma informação sobre a carreira técnica em debate a longo tempo na Companhia. O SEREC estuda junto com o Cenpes e os departamentos um novo programa para ser anunciado em doze meses. O Superintendente de Recursos Humanos convidará a AEPET para acompanhar a evolução dos trabalhos.

10. CONTRATOS DE GESTÃO — O SEREC e as superintendências da Petrobrás estão examinando o assunto, uma vez que a responsabilidade será grande.

11. PLANO DE CONTINGÊNCIA — A diretoria da AEPET criticou o fato da Petrobrás não ter agido de forma "coerente" ao se posicionar contra o CONFEA/CREA em relação ao Plano de Contingência. Todos, segundo a AEPET, deveriam sentar à mesa, antes de qualquer greve para discutir o assunto e firmar uma posição ética a respeito.

12. INCENTIVOS À APOSENTADORIA — Foi tratado também entre os assuntos debatidos com o SEREC os incentivos à aposentadoria que a Companhia concedeu sem qualquer ônus e que serão agora tributados.

O Superintendente de Recursos Humanos terminou a reunião apresentando um Plano de Trabalho que vem desenvolvendo no SEREC. Citou alguns pontos básicos do seu programa de ação, como descentralização da política de recursos humanos, racionalização e transparência das normas.

Ainda a greve

Antes mesmo da reunião, preocupada com as punições decorrentes da última greve dos petroleiros, a diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) encaminhou a seguinte carta ao novo presidente da estatal, engenheiro Alfeu de Melo Valença e também à diretoria e superintendentes da empresa. O mesmo texto foi enviado aos sindicatos da categoria. Eis o texto da carta na íntegra:

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1991.

Ao
Presidente da PETROBRÁS
Eng. Alfeu de Melo Valença

A PETROBRÁS vive um grave problema que pode vir a comprometer o sucesso das metas anunciadas pela direção da Companhia. Quando do recente movimento reivindicatório dos petroleiros, houve uma preocupação de todos os setores responsáveis do País pela solução do impasse que se estabeleceu nas negociações.

O Clube de Engenharia e a Associação Brasileira de Imprensa prontificaram-se a intermediar a discussão, preocupados com o desabastecimento do País e os ataques ao monopólio. Após a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), parlamentares de vários partidos mantiveram contatos com o ex-ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura e Jarbas Passarinho, da Justiça. Nesta ocasião Ozires Silva, comprometeu-se a reiniciar as negociações no mesmo dia em que houvesse a volta ao trabalho. O ex-presidente da PETROBRÁS e atual ministro da Infra-Estrutura, Eduardo Teixeira, adotou publicamente posição similar. Em suma, havia uma preocupação generalizada da volta à normalidade na PETROBRÁS, mantendo seu compromisso com a sociedade, como responsável pelo exercício do monopólio estatal do petróleo.

Após o retorno ao trabalho a PETROBRÁS não voltou a discutir com os sindicatos, conforme prometido no período de paralisação.

Durante o período de negociação para a volta ao trabalho, a direção da Companhia, através do SEREC, comprometeu-se a parcelar o desconto dos dias parados.

Vale ressaltar que o movimento teve por base a reposição salarial. Com um salário já defasado, o desconto dos dias parados já representará um duro choque para o empregado, com o salário congelado e inflação elevada.

Posteriormente, os empregados foram surpreendidos pelo anúncio de que, com base no artigo 130, inciso III da CLT, seriam adotadas medidas complementares que implicavam em desconto de dias de férias, com consequente redução no pagamento da respectiva gratificação, atraso nas promoções, aumentos por méritos e anuênios. Ressalta-se que, em nenhum momento, apesar de ter emitido vários "Informandos", a Companhia deu ciência aos empregados da intenção de promover tais descontos.

Sem entrar no mérito jurídico da questão, gostaríamos de alertar que a decisão tomada deve ser eminentemente política e deve passar por negociações com os sindicatos. Afinal, esta foi a palavra chave nas reuniões com os parlamentares, ministros e presidente da PETROBRÁS.

O clima interno dentro da Companhia está o pior possível. Empregados dividindo-se e mal se falando, fruto de um processo de paralisação em que houve pouco diálogo.

As medidas adotadas vão na direção do confronto, incentivo à radicalização de posições e certamente não contribuem na busca da pacificação interna, colocada como meta pelo corpo gerencial da PETROBRÁS.

No momento em que toma posse a nova direção da Companhia, tendo na presidência um técnico de carreira, com o anúncio de contratos de gestão pelo Governo e objetivos ambiciosos, esta questão deve ser olhada com extrema atenção, sob pena de comprometer a gestão da atual diretoria.

Por todos os motivos expostos, estamos solicitando de V.Sa. reanálise da decisão tomada, retomando as discussões com os sindicatos.

Atenciosamente

Diretoria
Associação dos Engenheiros da Petrobrás
— AEPET